

5.

Conclusão

À luz do Concílio Ecumênico Vaticano II, pode-se concluir que na Igreja Povo de Deus, constituída na base do mistério comunal da Santíssima Trindade, os sacerdotes-não-ordenados podem perfeitamente e devem colaborar junto com os sacerdotes-ordenados (bispos e presbíteros) nos ensinamentos da Tradição, podem e devem conviver lado a lado em um espírito de verdadeira fraternidade crística e juntos buscar os princípios éticos e morais cada vez mais equilibrados, isto é, mais humanizantes, em um horizonte da Ecclesologia, verdadeiramente, de comunhão.

No transcorrer deste estudo percebemos que a Igreja, por um lado, desde sua origem até no momento presente, sempre se mostrou e continua mostrando muita dinâmica, de maior ou menor intensidade; sempre tentando avançar rumo à meta, mesmo com dificuldade, contudo, firme na esperança de que dias melhores chegarão. E por outro, percebemos também que, como qualquer instituição humana-cultural composta pelas mulheres e homens reais, demonstra, não raras vezes, fraqueza e desânimo, tenta dar uma parada, ou até voltar ao passado próximo.

No estudo da Ecclesologia do Concílio Ecumênico Vaticano II, descobrimos que o tema conciliar da Igreja como Povo de Deus é de fato um tema totalmente bíblico e teológico, e que tem o maior alcance, abrangendo uma realidade muito ampla do ser humano visto como um único povo – independentemente de suas crenças e filosofias religiosas – que juntos caminham rumo ao mesmo Deus. Por isto, o tema povo de Deus não deveria provocar o temor, também não há razão suficiente para levantar suspeitas, uma vez que o próprio Deus se esvaziou e se juntou a nós, tornou-se um de nós e se socializou como povo e habitou no meio de nós. Assim, o mistério do esvaziamento (*kénosis*) de Deus nada mais é que um convite para que nós possamos tomar consciência da nossa realidade humana-terrena e fazer o caminho de volta (processo de divinização da nossa existência) sem desprezar o nosso ser criado-limitado, pelo contrário, sempre com confiança e esperança no *novíssimo* de nossa vida que está por vir.

O Vaticano II, enquanto evento, já terminou, mas como processo, está acontecendo continuamente a cada dia em nossas vidas, tanto individual como coletivamente. O que falta em nós, em nossa opinião, é acoragem para

abraçar e discernir com afinco a nossa identidade, ter coragem de carregar a própria bandeira.

Ao definir a Igreja como Povo de Deus, os padres conciliares queriam mesmo renovar a Igreja de Cristo, colocando todos (ordenados e não-ordenados) na mesma igual-dignidade como filhos e filhas do mesmo e único Pai celeste. Queria que a Igreja de Cristo fosse um espaço teológico de encontro comunitário da humanidade entre si, com o cosmos e com Deus, criando dessa forma, uma nova relação convivencial de alteridade, de solidariedade, de reciprocidade e de complementaridade.

Somente dessa maneira que o rosto compassivo e misericordioso do Cristo-irmão é percebido e crido como o enviado de Deus, como caminho a ser seguido, verdade a ser crida e vida para ser vivida por todos. Assim, nesta comunidade-Igreja do discipulado cristico, ninguém é superior, todos somos irmãos do único Irmão primogênito, e juntos aprendemos a conviver e compartilhar as experiências de vida e de fé. Assim, todos nós, homens e mulheres, casados e celibatários, ordenados e não-ordenados, em virtude do Batismo, fomos capacitados e comissionados para ser um povo real, profético e sacerdotal.

O Concílio também queria, com sua definição da Igreja como Povo de Deus, resgatar o valor da experiência de fé (*sensus fidei*) de cada indivíduo como elemento nuclear e constitutivo da vida da comunidade de fé. Assim, com o *sensus fidei* se consegue superar as relações de sujeição na Igreja, supera tudo aquilo que nos divide e separa: os status, as cores, as profissões, línguas, gêneros, culturas e condições sociais, tornando todos, um em Cristo (Gl 3, 28-29).

Aquele que opera em nós, esta unidade, é o Espírito Santo que faz a igreja nascer, crescer e se transformar. Junto ao princípio cristocêntrico está o princípio pneumatológico, que nos faz descobrir o *sensus fidei* e operacionaliza o *consensus fidelium*. Com o reconhecimento da importância de experiência de fé de cada batizado (*sensus fidei*), a Igreja conciliar quer relativizar o domínio da hierarquia (grupo de cleros) na vida eclesial em benefício da totalidade dos fiéis. Assim, a Igreja quer se 'vestir de humildade nas suas mútuas relações – interna e externa – pois acredita fielmente que Deus resiste aos soberbos e a todos os tipos de vaidades, mas dá a graça aos humildes' (cf. 1Pd 5, 5b; cf também, Ecl 1, 2; 2,21-23).

Além disso, a Igreja de Cristo, a partir do Vaticano II deve ser, não só cristocêntrica e pneumatológica, mas também mariológica. Ou seja, quando

Deus quis vir ao mundo, Maria foi e sempre será o caminho, a verdade e a vida de Deus para a humanidade, e quando quis conduzir o ser humano à comunhão plena e eterna, Jesus era e sempre será o caminho, a verdade e a vida da humanidade para Deus, como nos ensina o Espírito Santo.

O modo de ser, de viver e de agir (mística e espiritual) dos cristãos a partir do Vaticano II deve ser comunal e participativo. Isto é, todos (homem e mulher, ordenado e não-ordenado, celibatário e casado) têm a voz e a vez na vida interna e externa da Igreja. Em outras palavras, os cristãos devem se esforçar cada vez mais, individual e coletivamente, para transformar o *eu* e o *tu* individual em *nós* coletivo. E sua ação pastoral e catequética deve ser de caráter transformador. Isto é, o *eu* com minha fé, minha Boa Nova de Deus, minha religião e minha Tradição e, o *tu* (o outro) com sua fé, sua Boa Nova de Deus, sua religião e sua Tradição, juntos, na mesma ação salvífica para a transformação do mundo cada vez mais humano e mais fraterno, onde reine o amor, a justiça, o direito, a liberdade e a paz, que são o penhor do reino promissor de Deus, anunciado e testemunhado por Jesus de Nazaré, o Cristo-irmão misericordioso.